

O COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2016

Allan Maia Alano¹

Murilo Deodato²

Thiago Siriaki Valentini³

Carlos Ilton Cleto⁴

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o comportamento da inflação e da política monetária brasileira entre os anos de 2011 a 2016, período no qual Dilma Rousseff esteve à frente da presidência da República. A análise se dará a partir de dados extraídos do Banco Central referentes a inflação do período, como as Atas do Copom e os Relatórios de Inflação, que somados a uma análise conjuntural proporcionarão todos os indicadores necessários para se chegar a uma conclusão a respeito do tema proposto. Foi constatado que no decorrer do período analisado houve uma política monetária anticíclica gerando índices “induzidos” de inflação e do IPCA, resultantes de um controle dos preços administrados por parte do Governo com o intuito de combater a recessão global. Por fim fica evidente de que as ações realizadas por Dilma e sua equipe econômica foram inerentes (inefícazes) para o bom andamento de uma política monetária que gera controle inflacionário e cria bases para um desenvolvimento sólido e estruturado da economia Brasileira.

Palavras-chave: Inflação. Dilma Rousseff. Política Monetária.

¹ Graduado em Ciências Econômicas na FAE Centro Universitário. *E-mail:* maiaalano2@gmail.com

² Graduado em Ciências Econômicas na FAE Centro Universitário. *E-mail:* murilo.deodato@outlook.com

³ Graduado em Ciências Econômicas na FAE Centro Universitário. *E-mail:* thiagosiriaki@gmail.com.

⁴ Orientador da pesquisa. Professor do curso de Ciências Econômicas na FAE Centro Universitário. *E-mail:* carlos.cleto@fae.edu

INTRODUÇÃO

Quem viveu a década de 1980 e 1990, lembra-se da crise econômica que assolou o Brasil. O período foi marcado pelo PIB baixo e altas taxas de inflação chegando a ultrapassar a casa dos milhares.

Com o objetivo de por fim a este cenário, em fevereiro de 1986, o então Presidente José Sarney lançou o Plano Cruzado na esperança de controlar e reduzir os índices de inflação superiores aos 235% no ano anterior. Houve congelamento dos preços, do câmbio e dos salários, a moeda mudou de Cruzeiro para Cruzado e surgiram os chamados “fiscais do Sarney”, que ajudariam a controlar os aumentos dos preços. Após um curto período de “suposto sucesso”, a inflação voltou a aumentar gerando também problemas de desabastecimento.

Várias foram as tentativas pelos próximos governos, para estancar o grande processo inflacionário presente no Brasil, desde novos congelamentos de preços, confisco de poupança e criação de nova moeda.

Ainda no início dos anos 1990, o então Presidente Fernando Collor de Mello criou seu plano econômico que levava seu nome: Plano Collor. O que mais marcou este plano foi o confisco das poupanças e contas correntes, a extinção de 24 órgãos do governo, o tabelamento dos preços e a moeda voltando a se chamar Cruzeiro. A maior parte dos planos adotados surtiu pouco efeito no combate da inflação e na maior parte das vezes alimentando a inflação para níveis cada vez maiores.

Somente no Governo de Itamar Franco o cenário começou a mudar. Em 1994, instituiu-se a Unidade Real de Valor (URV), ferramenta utilizada na desindexação da economia. A URV estabeleceu regras de conversão e uso dos valores monetários, e substituiu o Cruzeiro pelo Real, e finalmente a hiperinflação foi superada.

Desde então, o Brasil tem obtido níveis baixos de inflação, administrando bem sua política monetária e conseguindo trabalhar dentro de uma margem segura da meta inflacionária.

Após o sucesso da implementação do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que até então peça fundamental da equipe econômica de Itamar candidata-se a presidência, a qual vence, podendo desta forma dar continuidade ao trabalho contra a inflação. FHC esteve a frente da presidência por 8 anos, período no qual fez diversas mudanças estruturais, para que houvesse crescimento sustentável pelo país sem que houvesse aceleração da inflação.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) assume a presidência da República, cargo que ocupou por dois mandatos. Posteriormente, em 2011, Dilma Rousseff assume a

presidência por um mandato e meio. Ambos os presidentes possuem uma filosofia de política diferente ao de FHC, desta forma a condução das políticas econômicas seguiram rumos diferentes. O presente trabalho foca nos mandatos de Dilma Rousseff.

Pôde-se perceber que houve grande preocupação quanto a continuidade do crescimento econômico juntamente com estabilidade de preços do país. Deste modo, visando identificar se houve êxito, na sua gestão tem-se como pergunta da pesquisa: A política monetária adotada entre os anos 2011 e 2016 foi adequada para o controle inflacionário?

O objetivo geral do artigo é estudar a conjuntura do período entre os anos de 2011 e 2016, ou seja, período na qual Dilma se Rousseff se manteve na presidência do Brasil e identificar o comportamento da inflação no período e como foram conduzidas as políticas monetárias voltadas para sua contenção.

Dentro do objetivo geral podemos encontrar objetivos específicos, tais como:

- a) Analisar o funcionamento do Plano de Metas de Inflação.
- b) Analisar a conjuntura econômica entre 2011 e 2016.
- c) Verificar se as políticas foram adequadas para o controle inflacionário nos mandatos de Dilma Rousseff.

1 METODOLOGIA DE PESQUISA

O trabalho em questão é baseado na literatura existente, tal como no livro *Introdução à Economia* do José Paschoal Rossetti que fornece uma referência significativa sobre o entendimento da economia como um todo, o foco sobre a obra do autor é mais voltada aos capítulos que enfatizam as teorias sobre a economia monetária e inflação. O outro autor que utilizamos como referencial teórico foi Gregory Mankiw, onde foram consultados os capítulos que tratavam sobre a política monetária e inflação. Também partimos do estudo sobre artigos e revistas que tiveram em suas publicações a abordagem em assuntos econômicos com os temas de políticas monetárias e inflação. Através dos artigos buscamos entender de uma melhor forma a situação da economia no período de 2011 a 2016, identificando os problemas vividos e as medidas adotadas para a tentativa de solução.

Os dados estatísticos sobre o comportamento da inflação durante o período de 2011 a 2016 foram extraídos dos relatórios do Banco Central do Brasil e do site do IBGE, ou seja, nossa pesquisa utilizou de dados secundários. Através de uma pesquisa quantitativa buscamos compreender e enfatizar o raciocínio lógico e todas as

informações que possam ser mensuradas sobre as decisões que a Dilma e sua equipe econômica tiveram sobre a condução das políticas monetárias e seus efeitos sobre o resultado inflacionário durante o período. Com os relatórios de inflação com publicados trimestralmente pelo Banco Central, verificamos o comportamento dos componentes que integram o resultado do IPCA, como os preços administrados e livres. Neste relatório extraímos as informações necessárias para verificar o comportamento da inflação e assim compreender se as estratégias adotadas pelas autoridades monetárias foram efetivas no combate à inflação. Além da análise através da planilha de dados, partimos do auxílio de análise gráfica, onde buscamos demonstrar o comportamento das variáveis e a correlação que uma tem sobre a outra, os gráficos facilitam a interpretação dos resultados e demonstram mais clareza aos dados.

Analisando em paralelo com os dados conjunturais do período podemos verificar quais medidas foram tomadas no controle da meta de inflação, estudos feitos sobre o livro “Evolução recente das política monetária e cambial e do mercado de crédito no Brasil” do autor José Ronaldo Júnior, compreendemos a teoria da meta de inflação e sua aplicação na economia brasileira.

Através deste estudo, buscamos analisar se as ferramentas de política monetária e de juros foram eficientes no controle da inflação entre os anos 2011 e 2016, período no qual, Dilma Rousseff se manteve na presidência do Brasil.

2 O COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2016

2.1 INFLAÇÃO

De acordo com Lopes e Rossetti (1998), a inflação é o processo de aumento generalizado e contínuo nos níveis de preços. Dentro deste conceito, é importante ressaltar que a inflação;

- a) é um processo e não um fato isolado;
- b) envolve aumentos contínuos e não casuais de preços;
- c) aumentos generalizados de preços e não isolados. É um fenômeno universal, comum em todas as nações do mundo, variando apenas sua intensidade e de época para época.

A inflação é um processo monetário e representa à elevação do nível dos preços, assim, o valor real da moeda é perdido pelo processo inflacionário. Por exemplo,

quando ocorre a expansão da oferta de moeda em um determinado país, ou seja, maior quantidade de moeda em circulação neste sistema financeiro, ocorre o aumento generalizado dos preços. No entanto, a reversão deste processo inflacionário não ocorrerá necessariamente pelo controle do estoque de moeda.

Quanto a sua abrangência, a inflação não se limita a um grupo específico de bens ou de serviços. Quando se verifica efetivamente a instalação de um processo inflacionário, todos os produtos da economia sobem mesmo que com intensidades diferentes.

O exemplo mais típico, tradicionalmente enfatizado pelos monetaristas, refere-se ao desequilíbrio financeiro do setor público, que induz a uma elevação de moeda em taxas acima do crescimento do produto. No âmbito do conflito distributivo, poderíamos representar esse tipo de inflação como decorrente de um conflito entre o setor privado e o setor público pela disputa do produto. Nesta hipótese, caso o setor público reduza seus gastos e assim consiga evitar o acréscimo de moeda, o problema inflacionário pode ser resolvido.

Entretanto, o processo inflacionário pode resultar de outros tipos de conflito distributivo, sendo um deles especialmente importante para o caso da economia brasileira, pois se refere às relações entre salários e preços. Neste caso, o problema estaria centrado numa disputa pelo produto entre trabalhadores e empresários que tornam instáveis as relações entre salários e preços.

A mensuração da inflação se faz através de números índices, calculados a partir de preços coletados em intervalos de tempos regulares, ponderados por suas relativas importâncias nos agregados a que se referem. O principal índice utilizado no Brasil é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA), produzido pelo IBGE.

2.2 DISTORÇÕES PROVOCADAS PELA INFLAÇÃO

De acordo com Rossetti, a inflação é responsável por inúmeras distorções na economia. Quando o valor da moeda se deprecia ou se aprecia, ocorrem disfunções na economia e dependendo da sua intensidade podem ocasionar problemas sociais e político-institucionais. Quando há grande perda no valor da moeda, os problemas gerados vão além da ordem financeira. A moeda estável é parte fundamental do sistema de pesos e medidas que dão precisão e transparência entre as relações econômicas. Quando há grande depreciação do valor da moeda, os conflitos dentro de uma economia aumentam, corroem-se as regras, aumentam-se às propensões às fraudes, da mesma forma como as relações entre os agentes econômicos tornam-se mais tensas.

Rossetti cita que as variações do valor da moeda afetam desigualmente os agentes econômicos, produzem transferências de renda, modificam a estrutura dos preços relativos e destroem as relações de mercado, ou seja, provocam desigualdade e desorganização dentro de um país. A inflação acelerada afeta também o balanço de pagamentos, os investimentos empresariais, o mercado de capitais, e incide sobre diversas outras variáveis.

Com a desvalorização da moeda ao longo de um período, os consumidores não conseguem comprar a mesma cesta de produtos com o mesmo valor utilizado anteriormente. As classes com menor poder aquisitivo dependem de rendimentos fixos, que por sua vez, dependem de prazos legais de reajustes. Assim a inflação tem a capacidade de concentrar a renda de um determinado país.

Quando a inflação interna supera a externa, ocorre o encarecimento do produto nacional com relação ao importado, provocando aumento nas importações e redução nas exportações, o que pode resultar em déficits da balança comercial.

Outro ponto a ser destacado é que em um cenário de inflação acelerada, os investidores preferem aplicar em ativos financeiros ou até mesmo especulando no mercado financeiro ao invés de investir no setor produtivo. Com a falta de investimentos no setor produtivo, ocorre posteriormente a elevação da taxa de desemprego.

A inflação acelerada pode impor dificuldades para o financiamento do setor público, sendo as receitas tributárias a principal fonte de financiamento dos gastos deste. Como existe um intervalo de tempo entre a ocorrência do fato gerador do imposto e seu recolhimento pelo contribuinte, à receita dos tributos diminui consideravelmente em termos reais com a aceleração da inflação.

2.3 POLÍTICA MONETÁRIA E META DE INFLAÇÃO

A política monetária é o conjunto de ferramentas que o governo utiliza para controlar a oferta de moeda e as taxas de juros conforme os interesses econômicos do país. Os instrumentos utilizados podem ser de efeito direto ou induzido, com o intuito de controlar a liquidez do sistema econômico.

A política monetária pode ser definida como o controle da oferta de moeda e das taxas de juros, no sentido de que sejam atingidos os objetivos da política global do governo. Alternativamente, pode ser também definida como a atuação das autoridades monetárias, por meio de instrumentos de efeito direto ou induzido, com o propósito de controlar a liquidez do sistema econômico (LOPES e ROSSETTI, 1998, p. 253)

É consenso entre a maior parte dos economistas que o principal objetivo da política monetária deve ser a busca pela estabilidade de preços. O Banco Central pode priorizar outros objetivos, tais como crescimento e manutenção do emprego, por exemplo. No entanto, com a vigência do Regime de Metas de Inflação no país, o principal objetivo é a estabilidade de preços da economia. Entende-se que o crescimento sustentável não ocorre com elevado nível de inflação.

No Brasil, a autoridade responsável pela condução da política monetária é o Banco Central – Bacen. O Bacen opera a política monetária por meio do Comitê de Política Monetária – COPOM, sendo responsável por determinar as diretrizes da política monetária, usando o nível dos juros da economia (SELIC) como principal ferramenta.

Além do controle da taxa de juros, o Bacen possui outras ferramentas possíveis, mas pouco usadas e não recomendadas por diversas razões. Exemplos destas ferramentas são a tentativa de ancorar o nível de preços através da volta ao câmbio fixo ou controlar algum agregado monetário, como a quantidade de moeda em poder do público. A grande parte dos bancos centrais do planeta prefere o uso da taxa de juros como instrumento de controle da inflação.

2.4 METAS DE INFLAÇÃO

O regime de metas de inflação é aquele no qual as ações da política monetária, são guiadas com o objetivo de obtenção de uma taxa de inflação previamente determinada. Os instrumentos utilizados para alcançar os objetivos traçados para a meta buscam gerar maior credibilidade da política monetária, que por sua vez, aumenta sua eficácia e reduz os custos em nível de atividade econômica, garantindo a manutenção da estabilidade de preços em períodos nos quais se observam choques inflacionários.

De acordo com Júnior (2014), são realizadas por parte dos governos, publicações periódicas com os valores objetivados para a meta e sua margem de erro aceitável, assim como o espaço de tempo necessário para que ela possa ser alcançada. Os dados são transmitidos ao público, dando transparência das ações formuladas pelas autoridades monetárias e comprometimento com estabilidade de preços e cumprimento das metas estabelecidas. É um padrão de conduta da política monetária que passou a ser utilizado por vários países a partir da década de 1990.

No Brasil, o regime de metas inflação passou a ser adotado em 1999, para evitar o risco da hiperinflação, que assolou o país nos anos 1980 e início dos anos 1990.

O Brasil adota o regime de metas para a inflação desde 1999. O CMN – composto pelo presidente do BCB e pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão – define a meta para a inflação anual, com um intervalo

de tolerância para cada ano, tendo como referência o IPCA, calculado pelo IBGE. A verificação do cumprimento da meta ocorre no final do ano, ou seja, o cálculo é feito com base na inflação acumulada de janeiro a dezembro. Se a meta não for atingida, o presidente do BCB envia carta aberta ao ministro da Fazenda explicando os motivos do não cumprimento e o que está sendo feito para que a inflação retome sua trajetória rumo à meta. Isso só ocorreu três vezes, em 2001, 2002 e 2003. Entre as vantagens do regime, está a transparência, uma vez que todos sabem com antecedência a meta a ser perseguida pelo BCB. (BRASIL, Relatório de Administração, 2012).

Uma das funções do Bacen é acompanhar o comportamento da inflação e assim tomar as medidas necessárias para que esta fique dentro das metas estipuladas pelo governo. O Comitê de Política Monetária – Copom avalia a tendência futura da inflação, através de estudos que utilizam as melhores informações disponíveis, sendo elas tanto quantitativas como qualitativas.

O Copom analisa as causas de eventuais diferenças entre as projeções e a meta, para então tomar a decisão apropriada ao rumo dos juros por exemplo.

Para Sinigaglia e Teixeira (2013), o Brasil possui boas características para o bom funcionamento do regime de metas, como: transparência das informações ao público; detalhamento das votações das equipes; e prescrições explícitas caso não ocorra cumprimento da meta. No entanto, há também variáveis que levam a desvantagens se comparado a outros países que adotam o regime. No Brasil, os presidente e diretores do Bacen não possuem mandatos fixos, assim, a mudança ou permanência dos integrantes da diretoria da instituição é uma prerrogativa da Presidência da República, deste modo, a composição da equipe do Bacen poderia estar ligada ao ciclo eleitoral.

Para Sinigaglia e Teixeira (2013), às características fundamentais para a definição de independência da autoridade monetária são os mandatos fixos e mandato legal explícito de combate à inflação. A maior independência do Banco Central pode levar a resultados mais concretos no combate contra a inflação.

2.5 CONJUNTURA BRASILEIRA E POLÍTICAS ADOTADAS ENTRE OS ANOS 2011 E 2016

O presente tópico busca analisar se as ferramentas de política monetária e de juros foram eficientes no controle da inflação entre os anos 2011 e 2016, período na qual, Dilma Rousseff se manteve na presidência do Brasil.

O objetivo inicial imposto por Dilma Rousseff assim que assume o governo no início de 2011 é dar continuidade ao tripé econômico, já em curso na economia brasileira

desde o ano de 1999. O tripé propõe a coesão entre os índices de crescimento produtivo, o controle do nível geral de preços e o superávit nas contas externas. Entre 2011 e 2016, observou-se algumas singularidades na flexibilização dos meios empregados para o alcance de tais objetivos, através de instrumentos de políticas econômicas instáveis, que não necessariamente levaram aos resultados almejados.

Desta forma, as políticas econômicas sofreram constantes mudanças em períodos relativamente curtos, como resultado dos diagnósticos distintos no cenário nacional e internacional, gerando dificuldade na identificação dos comportamentos da conjuntura, assim como a correta utilização dos instrumentos da política econômica, que em alguns momentos foi utilizada de maneira discrepante.

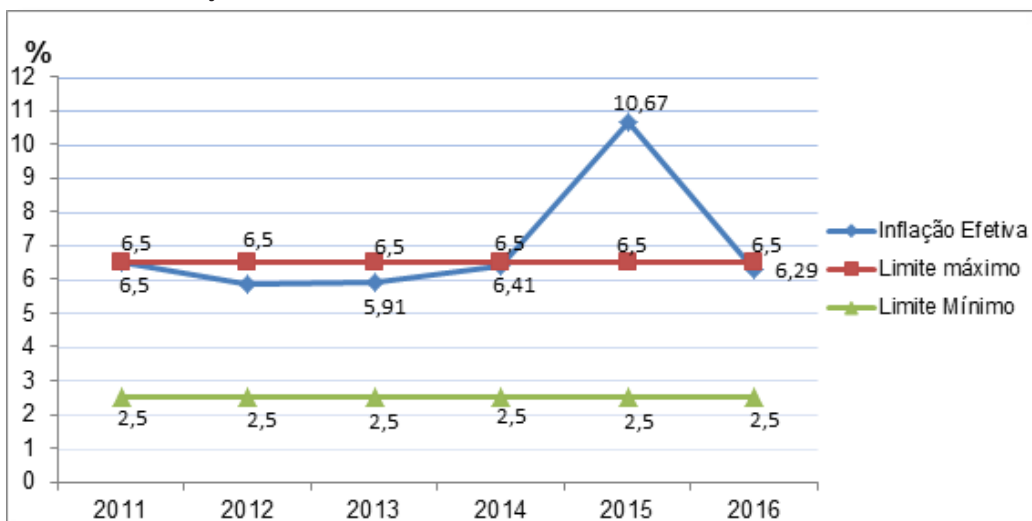
Para ilustrar esse quadro, podemos citar a aplicação simultânea da política monetária restritiva com a política fiscal expansionista, bem como a política de expansão de crédito junto com a política de juros contracionista.

O governo da presidente Dilma Rousseff mostrou uma tendência de maior participação do Estado no gerenciamento da economia, por conta principalmente do cenário recessivo global. Deste modo, aspectos da política macroeconômica foram alterados com grande velocidade, como exemplificam as consecutivas mudanças nas normas de crédito, bem como, para a formação da taxa de juros. Outro ponto de destaque são as autoridades monetárias, que em alguns momentos descartaram as implicações que tais transformações poderiam ter sobre a formação das expectativas dos agentes econômicos.

Em janeiro de 2011, Alexandre Tombini foi empossado como presidente do Banco Central, cargo que ocupou até junho de 2016. Durante o seu mandato à frente do BCB, observou-se que a meta de inflação de 4,5% não foi atingida. Durante o período, o Banco Central agiu de maneira contínua a seguinte regra: se os preços da economia subiam, a instituição aumentava a taxa básica de juros. O que resultou em uma SELIC de 14,25%, em julho de 2015. Vale destacar que no mesmo ano a inflação extrapolou o limite da meta, chegando a 10,67%. Mais a frente será analisado o porquê desse súbito aumento no referido ano.

Os agentes econômicos formadores de preços, de certo modo, perceberam que entre os anos de 2011 e 2016, o BCB perseguia não a meta da inflação e sim seu teto, que era de 6,5%, o que os levou a crer na falta de credibilidade da instituição. Isto reforça ainda mais a ideia da força política na intervenção e direcionamento da economia por parte do Estado.

GRÁFICO 1 – Inflação média considerando o IPCA – 2010/2016



FONTE: Autores (baseado nos dados do Banco Central do Brasil), 2017.

Diante dos históricos de inflação, os agentes começaram a levar com menor grau de seriedade os aumentos da SELIC, fazendo com que sua função de combate a inflação fosse menos efetiva. Devido às expectativas deterioradas e considerando que os agentes econômicos passaram o período convivendo com a inflação de preços constantemente acima da meta, passou-se a incorporar isto como um dado da realidade, e agiram como se a inflação de preços fosse permanecer em patamar elevado no futuro. Outro ponto que deu suporte, somado às expectativas dos agentes foi a disparada dos preços controlados em 2015.

Diante do comportamento da inflação, todos os setores da economia seguiram reajustando seus preços normalmente ignorando o aumento da SELIC. Tanto indústria, como comércio e serviços — todos incorporaram essa expectativa de que a inflação de preços continuaria alta no futuro, independentemente dos juros.

2.6 CRÉDITO, SELIC E SUAS IMPLICAÇÕES NA INFLAÇÃO

Para explicar a ação do governo no combate à inflação é necessário pontuar o cenário econômico vivido pelo país no início de 2011 e quais medidas foram adotadas para a busca pela continuidade do crescimento da economia brasileira.

Analisando os dados históricos do IPCA e da taxa SELIC, observa-se que no primeiro semestre de 2011, início do mandato Dilma Rousseff, a inflação apresenta forte aceleração e diante deste cenário o Banco Central decide por elevar os juros de maneira contínua até julho do mesmo ano, o que desestimulou o consumo, agindo assim de forma efetiva contra a inflação.

O PIB brasileiro de 2011 desacelerou consideravelmente se comparado ao ano anterior. De acordo com dados do IBGE, o PIB brasileiro cresceu 2,7% em 2011. Foi um fraco desempenho da economia brasileira se comparado ao crescimento de 7,5% de 2010. O resultado ficou acima da média da economia mundial, no entanto, começa a dar mostras da dificuldade de se alcançar números semelhantes registradas nos anos anteriores.

Com a eminente retração da economia brasileira, o governo brasileiro decide tomar a estratégia já adotada nos anos anteriores pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, buscar o crescimento pelo lado da demanda via expansão de crédito.

Entre os anos 2011 a 2016 é observado que os bancos estatais são imunes a taxa SELIC, por possuírem uma modalidade de crédito chamada “crédito direcionado”. Ou seja, os bancos estatais são obrigados, pelo governo, a direcionar empréstimos a juros abaixo da SELIC para alguns determinados setores escolhidos pelo governo — como o imobiliário, o setor rural, o setor exportador, das empreiteiras.

A expansão do crédito pelos bancos estatais começou a acelerar já no ano de 2008, no esforço do então Presidente Lula de combater a crise mundial que teve início neste mesmo ano. Em 2013, o volume de crédito dos bancos estatais ultrapassou o dos bancos privados. O crédito para os bancos estatais foi dividido da seguinte maneira: o BNDES concedendo empréstimos principalmente para as grandes empresas, conhecidos como “campeãs nacionais” com o intuito de alavancar a economia como um todo, ou seja, com o avanço das grandes empresas, as pequenas poderiam crescer, uma vez que teriam para quem fornecer matéria prima, equipamentos, etc. Já a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, responsáveis por linhas de crédito para financiamento de imóveis e atender também programas do governo como Minha Casa e Minha Vida e Fies.

Diante deste aumento, o governo adotou algumas medidas que pudessem conter o descontrole de preços para que não ultrapassassem o limite máximo da meta inflacionária, como por exemplo, em 2012 quando reduziu impostos e fez desonerações. Este artifício não gera uma redução de preços, mas ajuda a evitar o seu aumento, uma vez que, se as empresas pagam menos impostos, suas margens de lucro aumentam, reduzindo a necessidade de aumentá-los.

Ainda em 2012, o governo interviu no setor elétrico via decreto, revogando os contratos das empresas de geração e transmissão de energia, tendo como objetivo principal de fazer novos contratos impondo tarifas menores. Deste modo, os preços das tarifas caíram e, assim, impactando para baixo o IPCA.

A terceira medida adotada para que a inflação não fugisse do controle do estado, foi determinar que a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) deveria vender as distribuidoras,

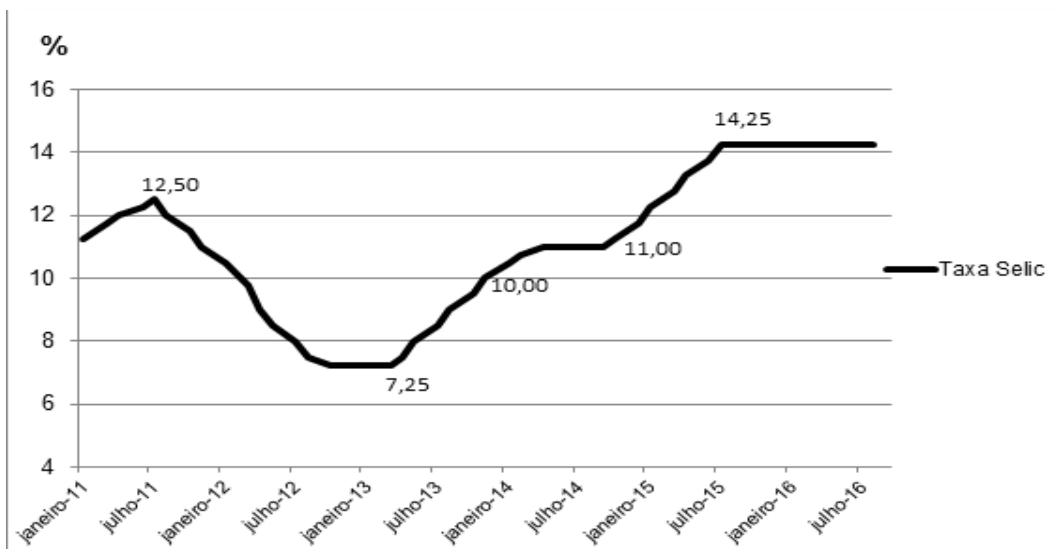
gasolina e diesel abaixo do preço pelo qual foram importados. Com a medida, os preços da gasolina e do diesel, que são componentes de grande importância dos índices de inflação, mantiveram-se praticamente congelados entre 2011 e 2014.

Diante da adoção das medidas citadas acima, o IPCA começou a apresentar uma inflação de preços menor. No entanto, vale destacar que em todo o período do primeiro mandato da presidente, a inflação ficou sempre próxima do limite máximo da meta (6,5%), e tais medidas apenas amenizaram, não permitindo que a inflação ultrapassasse seu teto.

Além de segurar artificialmente a inflação, as medidas permitiram que a expansão do crédito continuasse por um período prolongado, principalmente o que compreende o primeiro mandato da presidente, dando suporte também para o crescimento da renda e do emprego até 2014.

Citados como foram mantidos os preços administrados, vamos citar como o COPOM agiu na taxa básica de juros. Simultaneamente ao congelamento dos preços administrados, inverteu a “mão”, ou seja, ao invés de tomar as medidas ao combate da inflação, buscou reduzir a taxa de juros da economia, na busca de incentivo a produção e consumo interno. Nota-se que desde que o governo interviu sobre os preços administrados, a taxa Selic passou de 12,50% a.a. em julho de 2011 para 7,25% a.a. em março de 2013. A taxa de juros da economia foi reduzida com muita velocidade e sua manutenção a um nível tão baixa se mostrou difícil. Conforme ocorria a expansão de crédito a inflação de preços livres pressionava o aumento dos preços.

GRÁFICO 2 – Taxa SELIC – 2010/2016



Fonte: Autores (baseado nos dados do Banco central do Brasil), 2017.

Até que ponto é possível controlar a inflação artificialmente, e expandir o crédito sem provocar consequências negativas para a economia brasileira?

Os dois pontos estão interligados de alguma forma, uma vez que a expansão do crédito só seria possível se a inflação não ultrapassasse as metas estipuladas pelo Banco Central, e tal controle ocorreu por conta da intervenção do estado sobre os preços administrados. A política de juros tenta dar algum suporte ao combate da inflação, mas parece que de maneira secundária, limitada pela ação do governo na economia, deixando assim o Banco Central com menor grau de autonomia.

Como mencionado no início do presente capítulo, quando há aumento generalizado dos preços decorrente da expansão da oferta monetária, como por via de expansão de crédito, por exemplo, o Banco Central tende a aumentar a taxa de juros.

Até certo ponto, as medidas adotadas pelo governo, que visavam o crescimento do consumo pelas famílias sem que houvesse o estouro do teto máximo da meta de inflação surtem algum efeito. No entanto, parece ter ocorrido o descontrole quanto a duração desse plano. Outro problema é que as famílias já vinham se endividando nos anos anteriores e o acréscimo de consumo possuía um limite bastante curto. Tais fatores geraram graves distorções dentro da economia brasileira, provocando forte movimento recessivo com elevado nível de inflação a partir já de 2015.

Passadas as eleições de 2014, com a vitória de Dilma para seu segundo mandato, ficou insustentável a manutenção do esquema artificial de controle dos preços administrados. Os ajustes teriam que ocorrer e como os desarranjos se prolongaram por um grande período, as consequências seriam drásticas para a economia brasileira.

No início de 2015 às mudanças começaram a ser realizadas começando pelo reajuste dos impostos reduzidos em 2011, por conta das dificuldades nas contas do governo, que estavam fechando o ano com déficit primário, o que não acontecia desde a década de 1990.

Houve a necessidade de aumentar o preço da gasolina em decorrência da Petrobras estar descapitalizada devido ao congelamento dos preços, e por último, o governo teve de aumentar as tarifas de energia elétrica devido às distribuidoras estarem indo à falência, já tinham de comprar energia a um determinado preço e revender a outro mais baixo devido ao congelamento dos preços. As mudanças de 2012 às obrigaram a recorrer ao mercado de curto prazo, onde a energia é mais cara.

Os reajustes sobre os preços administrados resultaram em explosão da inflação brasileira, uma tragédia que já vinha sendo prevista. De acordo com os dados do BCB e IPCA, o reajuste dos preços administrados, na média chegam a aumentar 18% apenas em 2015. O preço da energia elétrica subiu em média 51% e dos combustíveis na casa dos 20%.

Os efeitos do aumento dos itens mencionados acima levaram a aceleração dos preços livres, intensificando a alta generalizada dos preços da economia brasileira. Com o aumento dos preços da gasolina, da energia elétrica, e do gás, os custos operacionais da indústria, do comércio e dos serviços aumentaram, fazendo com que todos repassassem esses aumentos para os preços. A tabela a seguir mostra o comportamento da inflação dos preços administrados e livres desde 1995 até maio de 2016.

TABELA 1 – IPCA e Preços Administrados Seleccionados – Variação Anual Média (%)

	1995-2005	2006-2008	2009-2011	1012-2014	2015	mai/2016(*)
IPCA	7,4%	4,5%	5,6%	6,1%	10,7%	9,3%
Preços Administrados	13,3%	3,1%	4,7%	3,5%	18,1%	10,9%
Água e esgoto	12,1%	5,6%	5,5%	3,9%	14,8%	26,9%
Gás e bujão	19,0%	3,3%	5,8%	5,4%	22,6%	15,2%
Energia elétrica	12,1%	-1,6%	3,9%	0,5%	51,0%	1,2%
Emplacamento e licença	-2,0%	4,8%	-0,6%	0,3%	3,6%	6,2%
Ônibus urbano	12,8%	5,3%	7,1%	3,0%	15,1%	12,1%
Gasolina	15,4%	0,7%	3,5%	3,0%	20,1%	12,1%
Plano de saúde	10,1%	8,8%	6,9%	8,6%	12,2%	13,8%
Produtos farmacêuticos	9,6%	3,0%	4,5%	4,6%	6,9%	12,1%
Táxi	7,9%	5,1%	5,5%	4,4%	7,2%	7,8%
Telefone fixo	21,7%	1,0%	0,7%	-3,0%	-1,6%	0,7%
Preços Livres	5,9%	5,1%	6,0%	6,9%	8,5%	8,8%

FONTE: BCB e IPCA. (*) Variação acumulada em 12 meses até maio de 2016

Analisando o período que compreende os anos 2011 e 2016, nota-se que política anticíclica adotada pelo governo não gerou os efeitos esperados, apenas postergando a crise, e tornou-a mais profunda.

Em 2015, a taxa SELIC atingiu 14,25%, maior nível desde 2006, a inflação acelerou e a recessão trouxe instabilidade ao país. Os agentes econômicos para proteger sua renda, passaram a abrir mão da liquidez e aplicar o dinheiro em ativos financeiros que estavam pagando juros altos. Os empreendedores, da mesma forma optaram direcionar o dinheiro para as aplicações financeiras, ao invés de direcionar os recursos para investimentos produtivos e contratação de mão-de-obra.

De maneira resumida, o cenário de 2015 e 2016 era o seguinte:

Havia menos dinheiro voltado para investimentos produtivos, para a contratação de mão-de-obra, para salários e para o consumo; inflação em alta, pela falta de credibilidade das decisões tomadas pelo Banco Central.

CONCLUSÃO

Analisando o comportamento da inflação brasileira no período que abrange os dois mandatos de Dilma Rousseff, ou seja, entre 2011 e 2016, verifica-se que o controle da evolução dos preços por parte das autoridades se mostrou bastante difícil devido às contradições de suas estratégias. Desta maneira, a hipótese levantada pelo estudo de que as políticas monetárias foram adequadas para o controle inflacionário entre 2011 e 2016 é negativa. O Brasil adota o regime de metas desde 1999, durante o segundo mandato de FHC, sendo fundamental para as estratégias de controle de preços. A teoria diz que para que o regime tenha maior efetividade é necessário o maior grau possível de Independência do Banco Central, no entanto, durante o período estudado esta autonomia foi comprometida pela maior intervenção por parte do estado na economia, o que abalou a credibilidade da instituição.

O governo buscou fomentar a atividade econômica do país via instrumentos artificiais, o que ajudou a represar a inflação por um período consideravelmente longo, entre 2012 e final de 2014, que gerou no futuro distorções sérias para a economia e preços internos. O maior problema gerado foi certamente o aprofundamento da recessão já no segundo mandato da presidente. Apesar do controle dos preços administrados da economia, é importante destacar que a inflação durante o primeiro mandato da presidente ficou sempre acima da meta e próximo de seu teto máximo.

O governo da presidente Dilma controlou os preços e expandiu a oferta monetária na economia via crédito estatal, dando prosseguimento a estratégia adotada pelo governo de seu antecessor. A demanda cresceu enquanto os preços administrados seguiam congelados, sendo que vários desajustes foram se acumulando e quando as correções ocorreram no início de 2015, a inflação acelerou a níveis preocupantes.

Diante do aprofundamento da crise e aceleração do processo inflacionário, o Banco Central teve de elevar a taxa SELIC a um valor muito alto para tentar conter essa inevitável explosão dos preços, porém eles continuaram subindo, uma vez que os agentes econômicos levaram pouco a sério as decisões do Banco Central no período.

Os juros alcançaram um patamar elevado, o bastante para reduzir a quantidade de liquidez na economia. Desta maneira, a quantidade de papel moeda circulante reduziu, no entanto, não o suficiente para cessar o movimento de alta. A sociedade passou a ter a sensação da falta de dinheiro e queda na qualidade de vida, principalmente os mais pobres, que passaram a sobreviver com uma renda menor enquanto que os preços estavam maiores.

Observa-se atualmente que a inflação arrefeceu, mas não se pode afirmar com clareza se foi devido às estratégias utilizadas pelo estado. A recessão aprofundou a um grau extremamente forte, gerando perda de renda por parte das famílias e consequente queda da demanda, fator com maior peso no arrefecimento da inflação.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, F. de H. A economia da presidente Dilma: a foto e o filme. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 6, p. 23-32, abr. 2015. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=4028818B37A00A200137A4099DA13ADA&contentId=8A7C82C54DB5CA9F014DD50BFD06188E>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- CAGMIN, R. F. et al. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 15, n. 97, p. 01-18, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300011>. Acesso em: 2 nov. 2017.
- CASTRO, P. R. de. Juro alto não derruba inflação em 2015. **Estadão**, jan. 2015. Disponível em: <<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,juro-alto-nao-derruba-inflacao-em-2015-imp-,1625290>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- FRAGA, A.; GOLDFAJN, I. Política monetária no Brasil. **Relatório de Inflação**, Brasília, v. 4, n. 4, p. 117-120, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2002/12/ri200212b5p.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- LOPES, J. do C.; ROSSETTI, J. P. **Economia monetária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- MISHKIN, F. S. Inflation targeting in emerging market countries. **American Economic Review**, v. 9, n. 2, p. 105-109, May 2000.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- SINIGAGLIA, D.; TEIXEIRA, N. Desafios para a consolidação do regime de metas de inflação no Brasil. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. **Propostas para o governo 2015/2018: agenda para um país próspero e competitivo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- SICSÚ, J. Políticas não-monetárias de controle da inflação: uma proposta pós-keynesiana. *Revista Análise Econômica*, São Paulo, v. 03, n. 39, p. 23-34, mar. 2003.
- SOUZA JÚNIOR, J. R. de C. (Org.). **Evolução recente das políticas monetária e cambial e do mercado de crédito no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório de Inflação**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 12 -17, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- _____. **Relatório de Inflação**, Brasília, v. 17, n. 3, p. 15 -17, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- _____. **Relatório de Inflação**, Brasília, v. 18, n. 4, p. 18 -21, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- _____. **Relatório de Inflação**, Brasília, v. 19, n. 5, p. 23 -31, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 4 nov. 2017.